

- MIRANDA, S.R. (1990). *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1990.
- MULDREW, C. *The Economy of Obligation: the culture of Credit and Social Relations in Early Modern England*. New York, Palgrave, 1998.
- NETO, E. *O mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFJF, Juiz de Fora, 2008.
- OLIVEIRA, M.T.R. (1991). *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London.
- PAULA, J. A. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte Ed. Autentica, 2000.
- PEDROSA, M.X. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 9, p. 189-230, 1962.
- PIRES, A. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870-1930*. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1993.
- _____. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira 1850-1930. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 9, n° 1, p. 5-47, 2007
- PRATES, C. *A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.
- SAES, F. (1986). **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. Hucitec, São Paulo.
- SWEIGART, J. (1980). **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio e Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas.
- WIRTH, J. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Produção de alimentos e pecuária nos meados do século XIX : o sul de Minas em questão.

Pedro Henrique Leão Coelho

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

Esse trabalho consiste em um esforço inicial de analisar o comportamento economia de mercado interno nos meados do século XIX, no Sul de Minas, utilizando a documentação referente a Lavras, entre os anos de 1831 a 1868 – refere-se ao período de formação da vila de Lavras e sua elevação a categoria de município. A análise inicial das fontes, os inventários e registro paroquiais de terra, permitiu que observássemos o caráter agropecuário da vila, uma vez que a presença de lavradores e roceiros foi marcante. A presença de numerosos fogos se dedicando ao plantio de alimentos e criação de animais, com diferentes vínculos com o mercado, nos permite, através da comparação com as demais freguesias da Comarca do Rio das Mortes, apontar a vila de Lavras do Funil como uma importante região de economia de alimentos.

Visões Clássicas

Por muito tempo a temática do mercado interno esteve à margem dos estudos historiográficos, sendo relegado ao segundo plano pelos pesquisadores centrados na compreensão de uma economia voltada somente para a agroexportação. Dentro dessa visão clássica da historiografia encontramos os trabalhos de Caio Prado Jr, Celso Furtado e Fernando Novais aos quais defendem a importância da agroexportação como modelo de compreensão da economia colonial, renegando ou enfraquecendo a importância das atividades de subsistência¹.

Caio P. Júnior resgata o alicerce estrutural da história colonial brasileira, em que se deve entender a sociedade e a economia desse período inserido nos capítulos da história comercial europeia. Ensejando um tipo de estrutura assentado na contínua transferência de excedentes para a metrópole.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes².

Segundo o autor, são três os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colonial – que por vários anos constituíram o modelo para se perceber o espaço colonial, não só o caso brasileiro, mais em todas as colônias – grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, que associadas entre si dariam vida ao plantation. Nesse modelo social, as elites agrárias, detentoras dos três elementos citados, reinavam absolutas no topo da hierarquia social e econômica, submetidas apenas aos desígnios do Pacto Colonial. Como figuras secundárias, reunidas ao redor da agroexportação, estariam os inúmeros homens livres pobres. A junção desses elementos apresentados por Caio Prado, acerca da associação entre o espaço e os agentes coloniais, deixa claro

¹ PRADO Jr, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983; FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989; NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1983.

² PRADO Jr, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.31

para a incapacidade da colônia em gerar circuitos internos de acumulação, sustentando a lógica de dependência em relação a metrópole³.

Nessa mesma linha historiográfica encontramos o trabalho de Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, no qual a economia agroexportadora se caracterizava como eixo central para a compreensão da economia escravista. Ao analisar dados sobre as empresas açucareiras, o autor demonstra como o excedente do capital gerado por esse produto não era reinvestido na sua manutenção, confirmando, portanto, a transferência desse capital colonial para a metrópole pelas mãos de seus comerciantes, que contavam com os privilégios da exclusividade desse comércio entre colônia e metrópole⁴. Para Furtado a economia colonial estava desprovida de um ritmo próprio, com suas variações determinadas pelo mercado internacional, a expansão colonial seria condicionada pela alta dos preços internacionais dos produtos agro exportados e a queda estaria ligada a retração dessa economia. Entretanto, essa retração não causava alteração na estrutura do plantation, pois nesses casos a escravidão se transferia para a produção de alimento dentro da própria plantation.

Já a obra de Fernando Novais trabalha com a ideia de uma economia colonial voltada para enriquecer a coroa portuguesa e conseqüentemente o capitalismo europeu. O autor se inspira nas teses de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, para elaborar o conceito de “*exclusivo metropolitano*”. Segundo o autor, a produção agrícola e mineral estariam voltadas para a metrópole, que possuía exclusividade no comércio.

As colônias devem primeiro, dar a metrópole um maior mercado para seus produtos; dar ocupação a um maior número de seus manufactureiros, artesãos, marinheiros; fornece-lhes uma maior quantidade dos artigos de que precisa. As colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole⁵.

A produção de alimentos na colônia servia à subsistência. Novais destaca a externalidade como característica intrínseca à colonização. Segundo o autor, o que determina o escravismo moderno é o fato colonial, ou seja, a posição do Brasil no comércio mundial. Portanto, a América Portuguesa faria parte de um sistema econômico

³ Idem, pp 120

⁴ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989

⁵ NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1983.

maior, o capitalismo europeu. Para além das teses de Caio Prado ele afirma que a produção colonial foi essencial no processo de acumulação de capitais por parte das potências europeias.

Esses trabalhos consideram a sociedade e a economia da história colonial brasileira como capítulos da história comercial europeia, ensejando um tipo de estrutura assentada na contínua transferência de excedentes para a metrópole. Herdeira dessa concepção é o trabalho de Mafalda Zemella, ao considerar que as atividades voltadas para o mercado interno eram insignificantes e incapazes de concorrer com a produção para o mercado externo. Para a autora, as atividades agrícolas e manufatureiras desenvolvidas na capitania, no auge da mineração, tinham caráter eventual. O abastecimento da região seria feito, exclusivamente, pela importação dos bens de consumo necessários. Chamo atenção, que mesmo herdeira dessa concepção, o estudo de Zemella foi pioneiro ao tratar do abastecimento na região das minas⁶.

Novos Trabalhos

Diante do desafio de repensar a lógica do funcionamento da economia colonial, novas pesquisas surgiram enfatizando o papel de uma produção econômica voltada para o mercado interno, demonstrando sua dinamização e sua capacidade de reinvestir as riquezas acumuladas em aumento de produção.⁷ Nas décadas de 70 e 80 se inicia novo debate historiográfico defendendo a presença de um mercado interno colonial dinâmico. Nesse sentido, os primeiros a delinearem os traços dessa economia foram Maria Odila da Silva Dias⁸ e Alcir Lenharo⁹, ao analisarem as conexões mercantis entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro.

Maria Odila em seu texto “A interiorização da metrópole” elegeu a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil como um elemento fundamental para o processo de enraizamento dos interesses portugueses e interiorização da metrópole, através de uma política de integração do Centro Sul. Para a autora, este enraizamento de capitais e interesses portugueses estava associado às classes dominantes nativas polarizadas em

⁶ ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP/Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1951.

⁷ LINHARES, Maria Y. História da Agricultura Brasileira; FRAGOSO, João. Homens de Grossa Aventura

⁸ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, C. G. (org). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁹ LENHARO, Alcir. Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808- 1842). São Paulo: Símbolo, 1979

torno do poder executivo para barrar a insubordinação das classes menos favorecidas, identificadas com forças regionalistas¹⁰.

Já Alcir Lenharo estudou a formação de um setor comercial novo oriundo da produção e distribuição de gêneros ao mercado interno e como este setor articulou-se em nível regional e projetou-se no espaço da Corte. A dinâmica desse mercado teria angariado, para esse grupo, crescente importância e influência política. Lenharo argumentou que comerciantes da Comarca do Rio das Mortes e do Rio de Janeiro povoaram as regiões entre o Sul de Minas e a Capital, convertendo-se nos seus principais proprietários¹¹.

Nos anos 90, João Fragoso destacou que o dinamismo verificado no interior do mercado doméstico colonial não podia ser visto como resultado da vinda da Família Real, em 1808, para o Brasil. O autor comprovou, através de sólidos dados estatísticos, a presença de um mercado interno expressivo, com sua produção de abastecimento e acumulação endógena anterior a instalação da corte¹². Nesse contexto, Minas Gerais recebeu grande ênfase, quando ficou demonstrado que o crescimento populacional da capitania e a importação de novos escravos estavam relacionados não só com o declínio da extração aurífera (fato esse comprovado pelos trabalhos de R. Martins¹³), mas com a presença da produção de alimentos e a criação de animais paralelas a extração mineral e com grande dinamismo. Foi confirmada a grandeza das suas áreas produtoras de alimentos e criação de animais para Corte não mais como um apêndice da atividade mineradora, mas com um próprio dinamismo.

Ainda nesse período, surgiram inúmeros trabalhos de cunho regional dando continuidade a essa perspectiva da dinâmica da economia mineira. Essas pesquisas demonstram que durante os séculos XVIII e XIX os setores econômicos de abastecimento interno geravam consideráveis riquezas. Rebatendo a argumentação clássica de Zemella, Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis buscaram comprovar que a atividade agrícola estava longe de ser insignificante ou ausente da região das minas, durante o auge da extração aurífera. Através da análise de cartas de sesmarias, estes autores detectaram a presença de roças nessa região. Ao contrário dos que só admitem a presença da agricultura com o declínio da mineração, eles sustentaram que

¹⁰ DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

¹¹ LENHARO, Op. Cit.

¹² FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹³ MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora. Estudos Econômicos. São Paulo 1983.

ela não apenas se desenvolveu desde o início das atividades mineradoras, como desde cedo apresentou um caráter mercantil e escravista, dado o grande número de cativos que os donatários possuíam¹⁴.

Carla Almeida, representante dessa nova produção historiográfica, em seu trabalho sobre as unidades produtivas na região de Mariana, no período de 1750 a 1850. A autora critica a noção de decadência na região das minas, ao dizer que a crise da mineração não provocou alterações tão profundas na estrutura produtiva já estabelecida. Uma vez que a região passou por uma reestruturação econômica, e a produção de subsistência passou a ser o carro-chefe da economia mineira, a partir do declínio da produção mineradora¹⁵.

Já o trabalho de Ângelo Carrara realizou importantes reflexões acerca do espaço ocupado pela atividade agropecuária na Capitania das Minas, durante o período colonial. Através de uma exaustiva análise da documentação sobre entradas e saídas de tropeiros, registros oficiais etc, o autor atentou para a diversificação social e produtiva das regiões mineiras que, segundo ele, organizaram-se em dois modos de produção distintos: o escravo e o camponês, sendo o primeiro, com mais potencial para a mercantilização e o último para a produção de autoconsumo.¹⁶

Para São João Del Rei, o trabalho de Afonso Alencastro Graça Filho possibilitou uma melhor compreensão dos circuitos comerciais internos que percorriam e alimentavam as economias escravistas da região das Vertentes. Comprovou a relação entre a elite mercantil de São João, formada por grupos de produtores e empresários locais, com a praça do Rio de Janeiro, formando significativas redes relacionais durante o século XIX¹⁷.

Ainda na região das Vertentes, Mônica Oliveira analisou a estrutura agrária de Barbacena. A autora observou a presença de pequenas e médias propriedades, reunindo terras de cultura, pastos, capoeiras e diversas benfeitorias. A presença de matas virgens, coexistindo com terras de capoeiras e pastos, e os instrumentos de trabalho extremamente rudimentares e de mínimo valor, levou-a a considerar que esta agricultura de alimentos pressupunha, para sua reprodução, a disponibilidade de terras para pousio,

¹⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana M. “Minas Gerais: agricultura e escravidão (1700-1750)”. In: *Anais do IV Encontro Estadual de História*. Mariana: 1984.

¹⁵ ALMEIDA, Carla M. C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750-1850)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1994.

¹⁶ CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. (1674-1807)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

¹⁷ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de MG – São João Del Rei (1831- 1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

como a principal alternativa para a produção agrícola. Quase a totalidade dos inventários levantados sinalizou para essa direção. Além disso, a autora comprovou ainda que a presença de rebanhos era claramente significativa, sugerindo o perfil de unidades mais voltadas para a pecuária, com uma mínima produção de alimentos, dirigidas para o consumo interno da unidade¹⁸.

O Sul de Minas em perspectiva

Sobre as pesquisas especificamente sobre a economia do Sul de Minas, temos os trabalhos de Marcos Andrade ao realizar importantes considerações acerca da formação e expansão da Vila de Campanha da Princesa e seu termo. O autor apresentou dados gerais sobre a estrutura social e demográfica da região e demonstrou que todas as unidades produtivas, escravistas ou não, estavam diretamente ligadas ao plantio, colheita de alimentos ou criação animal. As evidências encontradas foram de que todos os segmentos estavam envolvidos em atividades ligadas à produção de gêneros para o consumo e para o abastecimento interno, com destaque reiterado para a comercialização de gado, porcos e fumo, com destino certo: a praça mercantil carioca. O autor procurou apresentar um pouco do funcionamento das grandes unidades escravistas, as opções de investimentos dos grandes proprietários e a origem de suas fortunas com a intenção de demonstrar como a Vila de Campanha passou a se destacar, principalmente a partir da primeira metade do século XIX, o potencial desse setor econômico voltado para o abastecimento interno¹⁹.

Em um grupo de dissertações recentemente defendidas no próprio PPG-História UFJF, encontramos a pesquisa de Juliano Sobrinho. Ele enfatizou a formação e a estrutura da freguesia de Itajubá, indicando uma produção diversificada, a partir do consórcio entre a agropecuária e as atividades voltadas para a mercantilização. Dessa forma, o autor explorou a composição dessas unidades produtivas, bem como as características de seus proprietários, apontando para a hierarquização social que alçaram com esse tipo de mercantilização²⁰.

¹⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

¹⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro, Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

²⁰ SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.

Em outro estudo sobre a escravidão da região, Leonara Delfino nos apresentou através de uma exaustiva análise de inventários, os aspectos da estrutura escravista de Pouso Alegre. Comprovou o envolvimento dessa força de trabalho em atividades voltadas para o abastecimento interno. A autora analisou o nível de capitalização da economia interna de subsistência e seu potencial em adquirir mão de obra cativa via importação e, concomitante, as possibilidades de reprodução natural da escravaria neste setor da economia. Sendo assim, características como altas razões de masculinidade e baixos índices de nupcialidade e natalidade – características definidas como padrão para regiões intrinsecamente interligadas ao tráfico-Atlântico - foram encontradas em uma região cuja produção econômica era voltada para a produção de gêneros alimentícios.²¹.

Lavras do Funil e os escravos

Como foi demonstrado, somente a partir da década de 1970 foi que se começou a repensar as lógicas de produção voltadas para atender o mercado interno. Com a difusão dos programas de pós-graduação novos trabalhos passaram a focar nas características regionais trazendo novos espaços de estudos. Isso permitiu que a região do Sul de Minas, por muito tempo tratada como marginal por uma historiografia que priorizava as áreas agroexportadoras, ganhasse cada vez mais importância. Por outro lado, posteriormente, esses estudos se concentraram mais no século XVIII e primeira metade do século XIX, focando sempre o papel de região abastecedora da corte. E como se comportou essa região após esse período? Como foram os impactos das transformações do ano de 1850, marcado pelo fim do tráfico negreiro e criação da Lei de Terras?

Utilizamos como marco temporal da pesquisa os anos que vão de 1831 a 1868, períodos que demarcaram os anos em que Lavras do Funil possuía a categoria de vila. Durante essas quase quatro décadas, podemos observar o crescimento populacional, desenvolvimento econômico e amadurecimento político, que culminaram com a elevação a categoria de município na data limite dessa pesquisa, 1868. Periodização que permite acompanhar a implementação das duas leis.

²¹ DELFINO, Leonara Lacerda. Demografia e escravidão no Sul de Minas: Aspectos precedentes à família escrava. Freguesia de São Bom Jesus de Mártires (1810-1873). Tese de mestrado. Juiz de Fora, 2009.

A análise inicial das fontes permitiu que observássemos o caráter agropecuário da vila, uma vez que a presença de lavradores e roceiros foi marcante. A presença de numerosos fogos se dedicando ao plantio de alimentos e criação de animais, com diferentes vínculos com o mercado, nos permite, através da comparação com as demais freguesias da Comarca do Rio das Mortes, apontar a vila de Lavras do Funil como uma importante região de economia de alimentos. Sobretudo após a instalação da família real na colônia, no início do século XIX, quando o Rio de Janeiro se tornou o principal consumidor desses produtos, o que levou a uma nova onda de concessões de sesmarias para o povoamento e cultivo de roças de alimentos.

Assim como nas demais regiões do sul de Minas, a presença da escravidão foi marcadamente notada, uma vez que se observa uma alta porcentagem de escravos no número total de habitantes. Através de estudos preliminares percebemos difusão da propriedade escrava, distribuída, sobretudo, entre os pequenos proprietários, de até três cativos, que os utilizavam como mão-de-obra complementar ao trabalho familiar. Havia a presença concomitante de grandes e médios proprietários, responsáveis pela maior parcela do número total de cativos. O que esses dados têm nos apontado, é que a região não era ocupada apenas por proprietários de baixos estratos sociais. As atividades econômicas praticadas em Lavras do Funil, essencialmente aquelas ligadas a agricultura e a pecuária, possibilitaram o enriquecimento de alguns proprietários, apresentando uma estrutura hierarquizada típica das áreas produtoras de alimentos mais consolidadas, como São João Del Rei, por exemplo.

Essa estrutura agrária, muito semelhante as demais encontradas nos trabalhos a respeito do Sul de Minas, nos fez questionar a respeito das mudanças sofridas a partir da segunda metade do século XIX e que não receberam devida atenção pelos historiadores. O fim do tráfico deu início a transformações que continuaram a refletir sobre a região no decorrer do período, com a implantação de medidas que gradativamente viriam por fim ao trabalho escravo²². Ao ser obrigado a tomar a medida de proibição do tráfico, por razões muito mais políticas do que econômicas, o governo imperial estava ciente do fato de que os interesses de uma parcela ponderável das classes economicamente dominantes, inclusive da área cafeeira, que aquela altura contribuía a sustentação do Estado, seriam contrariados. Mas a radicalização da posição britânica ajudou a debelar

²² SOUZA, Sônia Maria. ALÉM DOS CAFEZAIS: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora - Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado: UFF, 1998

as resistências das camadas mais ferrenhamente escravistas da sociedade. O principal efeito da Lei Euzébio de Queirós foi a liberação dos capitais antes aplicados no tráfico. Ao deslocarem-se para outras atividades econômicas, esses capitais dinamizaram a economia dando assim um impulso modernizante ao conjunto da sociedade²³.

O impacto inicialmente sentido ocorreu especialmente no aumento considerável do preço dos cativos, conseqüência da diminuição no volume de escravos que passaram a desembarcar na costa brasileira devido à constante fiscalização inglesa. A grande mudança processada era que reprodução da mão-de-obra não poderia mais ser feita através da introdução de novos braços do outro lado do Atlântico como anteriormente. Para atender à demanda e para que o regime escravista continuasse a existir como sustentáculo da sociedade brasileira, restavam aos proprietários duas medidas a partir de então: um maior investimento na reprodução natural e/ou no tráfico interno de cativos²⁴.

Lei de Terras

O projeto de lei aprovado no senado (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850). Nos seus artigos iniciais, a lei proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra e estabelecia uma nova definição para o conceito de terras devolutas²⁵. O objetivo da lei era justamente, além de regularizar a propriedade daqueles terrenos que já estavam ocupados, determinar as normas de acesso as terras devolutas, daquela data em diante. A lei deveria constituir um marco na história da apropriação territorial: os terrenos já ocupados, até 1850, haviam se beneficiado de normas e costumes que a lei estava dando por encerradas, as concessões gratuitas, mas condicionais de sesmarias e posse “mansa e pacífica”. A lei previa a regularização dessa forma de ocupação, determinando as condições dentre das quais os possuidores se transformariam em propriedade. Por outro lado, determinada que daquela data em diante as terras devolutas só poderiam ser adquiridas pela compra, que a mesma lei autorizava o governo a promover e regulamentar. Torna-se muito importante, portanto analisar como a lei

²³ SILVA, Lúcia Osório. Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas. Editora da Unicamp, 1996.

²⁴ FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.

²⁵ SILVA, Lúcia Osório. Opt Cit.

pretendia, por meio de seus dispositivos, funcionar como marco divisório entre duas épocas²⁶.

Contudo, o uso dessa documentação deve ser feito com muito cuidado, como nos mostra Márcia Motta, no seu trabalho, “Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”. A autora demonstra como o registro paroquial não pode ser visto como um retrato da estrutura fundiária de cada região. Nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estatística. É preciso considera-lo como resultado de um processo bastante complexo. M^a Yedda Linhares e F. Carlos Teixeira apontaram a mesma preocupação, apontando que o tratamento técnico do registro é muito problemático. Ainda assim, muito dos historiadores optaram por quantificar os dados de uma região pesquisada, o que os levou a conclusões, se não invalidadas, muito pouco expressivas da dinâmica do acesso a Terra²⁷.

Obviamente, esse procedimento não invalida as conclusões acerca do processo de concentração fundiária, na medida em que o pesquisador generaliza a metodologia para todos os declarantes dos registros de terras de uma localidade. Desta forma, é possível encontrar as maiores fazendas do local em tela, a relação entre o número de fazendas e outras de apropriação, como sítios e chácaras. Entretanto, muitos historiadores, ao estudarem uma determinada região, quantificaram os dados daqueles que declararam a forma de aquisição nos registros paroquiais e generalizam, a partir daí, suas conclusões²⁸.

Hebe Mattos, ao analisar a apropriação fundiária do município de Capivary, no Rio de Janeiro, através da análise desses registros, demonstrou a existência de um incipiente mercado de terras antes mesmo da promulgação da lei. Uma vez que uma série de declarantes afirmaram terem adquirido suas terras através da compra. Outro dado importante apresentado pela autora diz respeito a formação de áreas rurais mais consolidadas, onde os declarantes haviam recebido suas terras pela doação de sesmarias. E também as novas zonas de expansão de fronteira, onde posseiros e compradores de terras declaravam suas propriedades²⁹.

²⁶ SILVA, Lígia Osório. Opt Cit.

²⁷ MOTTA, Márcia Mendes – Nas fronteiras do poder: conflito de Terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

²⁸ Ibidem, pp. 256

²⁹ MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987

Os dados levantados por Mattos utilizam com cuidado as informações contidas no Registro Paroquial de Terras, na medida que realizam uma visualização geral dos proprietários de terras, obtendo informações a respeito do tamanho das propriedades e da forma de aquisição das terras.

Nossa pesquisa, ao partir da análise de cerca de 200 inventários em cruzamento com aproximadamente 600 registros de terras, pretende observar, para além da estrutura produtiva da vila, o tamanho e como essas terras foram obtidas. E, através da comparação dos dados anteriores e posteriores à 1850, analisar se a terra assumia assim dupla importância, atuando como fator de reprodução da economia de alimentos e como reserva de valor, podendo ser vendida ou hipotecada em caso de dificuldades.